

# Formulário Relatório Final - Componente Científica

## 1. Identificação do Projecto

**Referência do Projecto:** PEst-OE/CJP/UI0714/2014

**Investigador Responsável:** Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia

**Instituição Proponente:** Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FD/UNL)

**Data de Início:** 01-01-2014 **Data de Fim:** 31-03-2015 **Financiamento Concedido:** €44.583,00

## 2. Caracterização Sumária do Projecto

### Objectivos do Projecto (indicar endereço electrónico do(s) site(s) criado(s), quando aplicável)

O Projeto Estratégico de 2014, assumiu-se como continuação do Projeto Estratégico que já vinha sendo desenvolvido desde 2011. Assim, as grandes linhas orientadoras mantiveram-se e foram sendo finalizadas, por forma a completar os objectivos a que nos havíamos proposto. Atenda-se que, uma vez mais e na continuação do Projeto Estratégico anterior, os objetivos centrais do projeto estratégico coincidiram com os do Centro (Cedis), consistindo estes na construção de um novo espírito e de uma nova perspetiva na investigação jurídica portuguesa, com reflexos no ensino do Direito. A atividade procurou desenvolver-se tendo em atenção três aspectos fundamentais: 1. Favorecer uma investigação atenta ao Direito vivo, e não apenas ao Direito das leis e dos códigos; 2. Favorecer a abertura da investigação jurídica a novas metodologias e novas áreas de análise (como o Direito e a Economia, a Política Legislativa, o Direito e Estudos Sociais, a Análise do Discurso Jurídico), enraizando a interdisciplinaridade; 3. Aplicar um novo modelo didático e académico, caracterizado pela abertura à comunicação bidireccional, à participação e ao envolvimento de estudantes nos projetos de investigação, bem como na prestação de serviços à comunidade e na promoção da internacionalização dos trabalhos dos nossos investigadores; Como forma de concretizar os aspectos acima referenciados prosseguiram-se os seguintes objetivos estratégicos: a. Refletir sobre realidades jurídicas novas ou emergentes; b. Promover o trabalho interdisciplinar, integrando perspetivas jurídicas e não jurídicas nas várias actividades desenvolvidas, por exemplo na inclusão de especialistas em História, nos Projetos de História do Direito, em Segurança nas questões ligadas ao Direito da Segurança; c. Promover a articulação entre a investigação e o ensino, nomeadamente através do envolvimento de estudantes nas equipas de investigação, sobretudo do 3º ciclo, assumindo-se os doutorandos como membros do Centro; d. Alargar as fronteiras da investigação através da criação de redes de cooperação com centros de investigação estrangeiros, designadamente do espaço da União Europeia e de países de língua oficial portuguesa, com a ligação de investigadores a Projetos Europeus e a organização de conferências naqueles países (v. tabela de descrição detalhada das actividades); e. Criar e desenvolver interfaces entre a investigação e os serviços à comunidade, quer através da atuação enquanto consultor de entidades oficiais ou da sociedade civil, quer através da prestação de serviços de apoio jurídico à comunidade, na criação de cursos breves e num balcão para resolução de conflitos de consumo. Para concretizar estes objetivos apostou-se em desenvolver cinco objetivos específicos: a) Constituir estruturas de apoio e de suporte a novas formas de investigação jurídica multidisciplinar, enriquecendo e aperfeiçoando as ferramentas existentes a nível bibliográfico e documental, nomeadamente através da aquisição de livros e revistas relacionadas com as áreas em que se desenvolveram os quatro subprojectos e através da criação de novas ferramentas de investigação, como a criação de sites e bases de dados eletrónicas com materiais jurídicos históricos e contemporâneos (vide subprojecto Pedagogic innovation on legal education); b) Favorecer a coerência da produção e dos trabalhos científicos dos investigadores do Centro, através da constituição de um corpo doutrinário que testemunhe e preserve o trabalho científico produzido. Assim, o Centro apoia as iniciativas individuais que visem a publicação, para fins educativos e científicos, de textos jurídicos produzidos no âmbito dos vários subprojectos (por exemplo, de um livro sobre Direito Constitucional de Angola, em 2014); c) Prestar apoio aos trabalhos científicos que versem sobre áreas para as quais a Faculdade tem uma maior vocação e proximidade, tais como: Estudos Históricos sobre a Magistratura; o Direito e a Justiça nas Sociedades Modernas e Contemporâneas (subprojecto Pedagogic Innovation on Legal Education); o Direito e a lei nos Países de língua Portuguesa (subprojecto Law and Society in African Portuguese Speaking Countries); Resolução Alternativa de Litígios; Direito da Propriedade Intelectual, Direitos de Autor e Direito da Concorrência (subprojecto Surveys on Legal Issues e Pedagogic Innovation on Legal Education); Política Legislativa e Direito Aplicável à Saúde e aos Direitos Humanos (subprojecto Emerging Legal and Political Issues); d) Integração de estudantes em equipas de investigação no âmbito dos subprojectos por forma a que aqueles possam iniciar-se nas rotinas e práticas da investigação científica

revitalizando o olhar e a inovação nas abordagens. Este último objetivo concretiza-se por meio da atribuição de bolsas de investigação a estudantes. A aposta do Centro na participação dos estudantes nas atividades de investigação científica permite, por um lado, aprofundar os seus conhecimentos científicos e, por outro, promover uma nova atitude no que respeita à atividade científica e às competências a nível da comunicação ; e) Outro objetivo específico transversal a todos os subprojetos diz respeito à participação intensiva de investigadores externos ao Centro, juristas e não juristas, nacionais ou internacionais (investigadores da Europa, da América, nomeadamente Brasil e África, mas também de outros continentes), como forma de garantir a visão internacional e multifacetada na construção dos projectos de investigação. Procura ainda o CEDIS favorecer a internacionalização da sua produção académica, estabelecendo protocolos e acordos com universidades internacionais (Universidade de Campinas, Universidade de São Paulo, Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade de Alicante, Universidade de Sevilha, entre outras). É também de salientar que grande parte dos investigadores externos é perito em áreas não jurídicas, o que contribui fortemente para a riqueza e qualidade dos trabalhos interdisciplinares, desenvolvidos na área sociológica, antropológica e económica (vide. *Surveys on Legal Issues and Law and Society in African Portuguese Speaking Countries*). Procurando garantir a completude do processo de internacionalização, assumiram-se como elementos presentes na actividade em 2014, quer o acolhimento de eventos internacionais, quer a promoção da colaboração de membros do Centro em atividades científicas no estrangeiro, quer a participação em projetos de investigação internacionais quer a publicação em revistas internacionais indexada.

**IDENTIFICAÇÃO DOS PROJECTOS E SUBPROJETOS ESPECIFICOS: objectivos e resultados esperados**

**A. EMERGING LEGAL AND POLITICAL ISSUES** Ponto de Partida: O projeto "Legislação e direitos dos portadores de VIH/SIDA" tem como objetivo identificar as necessidades das pessoas com VIH/SIDA nos vários aspetos das suas vidas e revelar as respostas já fornecidas, nesta área, pelo sistema jurídico, bem como o que ainda está por fazer neste campo. As áreas sob estudo seriam as seguintes: igualdade e não discriminação; acesso a serviço e equipamento de prevenção; tratamento e apoio; integração no mercado de trabalho e segurança no emprego; vigilância, apoio institucional e social. A pesquisa está estruturada de forma a identificar eventuais falhas e meios de as resolver, visando também a definição da intervenção apropriada para a realização efetiva dos direitos das pessoas portadores de VIH/SIDA. Neste sentido, o projeto envolve várias atividades recolha de instrumentos legais nacionais e internacionais que visem especificamente as pessoas com VIH/SID;- identificação dos objetivos pretendidos com a adoção de tais instrumentos; questionários aplicados a 300 pessoas portadores de VIH/SIDA, tentando perceber a sua perceção sobre o respeito pelos seus direitos pelos setores público e privado; tratamento da informação estatística recolhida; disseminação dos resultados; preparação de uma tese de doutoramento "discriminação no trabalho em função da Doença – o caso do VIH/SIDA"; preparação de um curso de formação para profissionais do Direito sobre os temas da igualdade e não discriminação de pessoas vivendo com o VIH/SIDA.

**B. LAW AND SOCIETY IN AFRICAN PORTUGUESE COUNTRIES** Ponto de partida: O objetivo deste sub-grupo é fornecer estruturas científicas para o estudo do Direito dos países de expressão lusófona. Para tal projecta-se a compilação de informação relevante, tanto contemporânea como histórica, relativa aos sistemas jurídicos e respetivo contexto social e político, nos países lusófonos africanos, na América do Sul e Sudeste Asiático. Tal inclui, não apenas a recolha sistemática dos textos e documentos jurídicos relevantes (legislação, jurisprudência, decisões de tribunais, informação "histórica" jurídica), mas também material cujas raízes se encontram na cultura e ambiente sócio-político local. Simultaneamente, é objetivo empreender estudos contínuos sobre o Direito e a Política de antigas colónias portuguesas, incluindo o Brasil e Timor-Leste, de forma a obter uma visão global da evolução pós-colonial de antigos sistemas jurídicos, nomeadamente no que ao chamado hibridismo jurídico do Brasil, África Lusófona e Sudeste Asiático diz respeito, bem como o seu papel em mudanças pós-coloniais. Os objetivos das Missões deste projeto será a recolha de informação in loco, pelos entrevistadores e investigadores de campo, a consulta de documentação de arquivo nos países lusófonos ou em instituições académicas e de investigação na Europa/América. Um dos membros do grupo está a levar a cabo um inquérito pluri-disciplinar, bem como reflexão teórica nas dinâmicas políticas dos Estados Pós-Coloniais de antigas colónias portuguesas. Disto irá resultar a publicação de livros, artigos e a realização de conferências. A maioria das atividades relacionadas com a História dos sistemas jurídicos coloniais e do governo da sua população nativa está a ser levada a cabo no contexto de um projeto autónomo chamado "O governo dos outros: imaginação política no império português (1496-1961)", no qual o CEDIS é Instituição participante. Uma destas atividades, visando a criação de uma base de dados contendo a totalidade da legislação colonial portuguesa e a sua classificação por temas, está a ser levada a cabo pelo CEDIS e irá necessitar de fundos adicionais, de forma a obter o apoio técnico necessário a um back office e outras ferramentas eletrónicas necessárias à construção de uma plataforma na Internet que englobe várias coleções digitais, nomeadamente a que se com instituir no âmbito do projeto, que se articulará com a página web Ius Lusitanea, uma página englobando uma coleção digital de fontes para a História Jurídica Portuguesa. A página web Ius Lusitanea é o resultado de um projeto de investigação financiado pela FCT (MCTES) e pelo POCTI (POCTI/HAR/38328/2001), com os fundos o Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (ERDF), de que foi consultora um dos membros da equipa de investigação do Cedis. Textos constitucionais de países de expressão portuguesa já digitalizados estão a ser tratados com vista a permitir ao público a sua consulta, facilitando assim o acesso a esta informação através da Internet. Resultados esperados: Publicação e lançamento de um livro, em Portugal e no Brasil, relativo a "O Atlântico Sul e o Futuro da Lusofonia"; publicação de 3 artigos, escritos em inglês e peer-reviewed, sobre Direito e Sociedade no mundo Lusófono; Organização de três conferências no s seguintes tópicos: implicações jurídicas e políticas e consequências da

crescente instabilidade no Atlântico Sul, onde 5 dos 8 países Lusófonos estão localizados; as dimensões jurídicas e constitucionais da construção estadual e da consolidação do Estado nos países lusófonos; os processos integrativos da Lusofonia como uma entidade autónoma, tanto internos como externos; um CD-ROM contendo os textos constitucionais dos vários países Lusófonos; uma plataforma na internet englobando várias coleções digitais. C. PEDAGOGIC INNOVATION ON LEGAL EDUCATION Ponto de partida: Este projeto engloba vários sub-projetos cujo objetivo é a construção de ferramentas científicas a ser usadas tanto para investigadores profissionais como para estudantes. A participação dos estudantes será incentivada de duas formas: i) os estudantes terão uma participação ativa na construção das supra-mencionadas ferramentas jurídicas, candidatando-se às bolsas financiadas pelo projeto; ii) a disponibilidade das referidas ferramentas irá permitir uma mudança pedagógica nas aulas. De agora em diante, os estudantes poderão levar a cabo pesquisas em campos específicos do Direito utilizando textos e decisões disponibilizadas eletronicamente. Ao mesmo tempo, poderão enriquecer essas ferramentas com trabalhos e ensaios baseados nesses mesmos materiais. Tudo isto irá permitir uma aprendizagem ativa, englobando a aquisição de capacidades complementares - auto-organização, habilidades técnicas e criação de resultados inovadores. Outro objetivo do subprojeto é a obtenção de informação jurídica em matéria de cidadania, através da utilização disponível em páginas web já concluídas. Parte desta informação será coligida pelos estudantes, a quem será dado o incentivo de a usar nos seus trabalhos relativos aos temas histórico-legais subordinados à cidadania portuguesa entre os séculos XIX e XX. Subprojeto 1: Biblioteca Digital Ponto de Partida: Biblioteca digital das fontes para a História jurídica portuguesa. Durante os últimos anos o CEDIS apoiou a construção de uma biblioteca digital on-line, contendo fontes para a História jurídica portuguesa. Como já existem páginas relativas à legislação e a debates parlamentares, os nossos esforços serão concentrados em fontes doutrinárias, cobrindo de forma sistemática a produção académica da Faculdade de Direito de Coimbra durante o séc. XIX, a par dos trabalhos de literatura jurídica não académica mais importantes durante o mesmo período. A coleção é única, sendo por isso merecedora da atenção da comunidade internacional de historiadores do Direito. Relatórios sobre a Biblioteca Digital foram publicados em revistas internacionais de História do Direito e estão a ser levadas a cabo providências para que o trabalho do CEDIS-FDUNL seja replicado noutros países (nomeadamente, em Espanha e no Brasil). Nos próximos anos, ao subprojeto irá levar a cabo as seguintes tarefas: digitalizar mais obras (c. 50); digitalizar periódicos ou coleções de decisões jurídicas (c. 120 volumes, "Accórdãos do Supremo Tribunal de Justiça" (1837-1916) e a "collecção official dos accordãos doutrinários do Supremo Tribunal de Justiça" (1900-1940). Foi negociado um protocolo com o Supremo Tribunal de Justiça para a utilização a sua coleção de periódicos; melhoria do sistema de exibição e recuperação; construção de um thesaurus de temas jurídicos (séc. XIX); organização de uma bibliografia (primária e secundária) para o Direito Português do séc. XIX; publicação de ensaios e working papers baseados no material disponível. Resultados esperados: a Biblioteca Digital; publicações analisando o material disponível; <http://www.fd.unl.pt/ConteudosAreas.asp?Area=BibliotecaDigital&Intro=1>. Subprojeto 2: "Legislação: trabalhadores e trabalho em Portugal e no Brasil" Ponto de partida: A cooperação neste projeto entre investigadores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (CECUL-IFCH-UNICAMP) e o CEDIS foi iniciada no contexto mais amplo do acordo institucional entre a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Nova de Lisboa. O principal objetivo deste projeto é a criação de uma base de dados que disponibilizará, na Internet, toda a legislação portuguesa e brasileira sobre escravos, libertos e trabalhadores livres (do séc. XVI ao XX), bem como as leis relacionadas com as condições do trabalho em Portugal, África Portuguesa e América e Brasil. A primeira etapa deste trabalho, que já está a ser levado a cabo, visa a identificação, recolha e tratamento da legislação sobre escravatura e trabalho forçado de 1521 até 1871 (no caso português) e até 1888 no caso brasileiro. Este tratamento inclui um sumário de cada lei, a respetiva temática, palavras-chave institucionais e geográficas e a sua versão digitalizada. Resultados esperados: uma base de dados sobre a escravatura e direito do trabalho em Portugal e no Brasil disponível on-line; publicações analisando o material disponível; [www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web](http://www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web). Subprojeto 3: Criação e construção de uma página web do Centro de Estudos em Propriedade Intelectual e Concorrência (CPIC). Ponto de Partida: A página web visa ser uma base de dados relativa à jurisprudência e doutrina portuguesas em matéria de Direito de Autor, Direito da Propriedade Industrial e Direito da Concorrência e o seu objetivo é ser uma recolha de informação disponível para investigadores e pessoas que trabalham nessas áreas mas também um instrumento útil para ser usado no ensino destas matérias. Resultados esperados: base de dados de doutrina e jurisprudência disponíveis on-line; publicações analisando o material disponível, <http://www.fd.unl.pt/cpic/>. Subprojeto 4: "Conceitos de cidadania (Portugal, 1820-1926)" Ponto de Partida: O objetivo deste sub-projeto é a recolha e análise de fontes históricas para apoiar futuros trabalhos sobre a história dos discursos portugueses sobre a cidadania. Parte destas fontes já estão disponíveis na biblioteca digital sobre doutrina jurídica no contexto do subprojeto 1. A outra parte (legislação e debates parlamentares) está a ser coligida noutras páginas web ([www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt); [iuslusitanea.fcsh.unl.pt](http://iuslusitanea.fcsh.unl.pt); [net.fd.unl.pt/legis/](http://net.fd.unl.pt/legis/); [www.dre.pt](http://www.dre.pt)). Tal inclui não apenas as leis eleitorais mas também leis relacionadas com a liberdade religiosa e de imprensa, direitos de associação e petição ou naturalização de estrangeiros, direitos civis e políticos. Resultados esperados: um índice de leis e debates parlamentares em matérias de cidadania; um livro sobre a cidadania portuguesa (1820-1926). D. SURVEYS ON LEGAL ISSUES Este projeto engloba 5 subprojetos, todos eles tendo como objetivo o exame da legislação aplicável em cada um dos domínios sob estudo, bem como responder à questão de saber se a regulamentação legal existente é adequada à realidade das situações às quais as leis se destinam. Alguns destes

subprojetos são exemplos de pontes entre os diversos ramos do direito. Subprojeto 1: Observatório da legislação portuguesa. Ponto de partida: Os objetivos deste subprojeto passam por oferecer aos investigadores em diferentes áreas dados independentes da produção legislativa portuguesa atual; providenciar uma reflexão académica em aspetos quantitativos e qualitativos da legislação; contribuir para um conhecimento aprofundado da legislação tanto por especialistas como para os destinatários das leis. Para atingir os seus objetivos maiores o observatório tem dois instrumentos principais: uma base de dados e uma publicação – uma pesquisa anual, dividida em duas partes: a primeira apresenta uma análise quantitativa da legislação governamental e parlamentar; a segunda oferece uma análise qualitativa de um aspeto particular no procedimento legislativo. Até ao momento foram publicados 3 números. Resultados esperados: edição, em 2011 do boletim do observatório n.º 4; edição em 2012 do boletim do observatório n.º 5; alargamento da base de dados de legislação portuguesa; edição, em 2015, do boletim do observatório n.º 6. Subprojeto 2: Evolução da jurisprudência sobre a lei da arbitragem, no âmbito do RAL (Laboratório para Resolução alternativa de Litígios) Ponto de partida: este subprojeto visa pesquisar e analisar decisões de tribunais superiores que aplicam regras da arbitragem. Em especial, é seu objetivo estabelecer a interpretação padrão dos diferentes tribunais superiores para as razões de anulação de decisões arbitrais. Este é um trabalho fundamental numa área que ultimamente viu um enorme desenvolvimento e interesse na comunidade portuguesa. O conhecimento e compreensão das decisões dos tribunais superiores sobre arbitragem é fundamental para a estabilização da prática arbitral. Até ao momento foi publicado um livro relativo a alguma desta jurisprudência. Resultados esperados: publicação de um livro com os resultados da análise de jurisprudência. Subprojeto 3: Licenças de direitos de propriedade intelectual Ponto de partida: este subprojeto é baseado na análise dos princípios subjacentes à regulação das licenças de propriedade intelectual (quer em direito de autor, quer em direito da propriedade industrial) e a consideração das suas implicações práticas. Este trabalho visa identificar as regras aplicáveis à obtenção de uma autorização para explorar trabalhos intelectuais ou simplesmente para usar os trabalhos e fá-lo analisando diferentes tipos de contratos. Além disso, outro objetivo consiste em tentar concluir se o atual regime jurídico contribui para proteger o titular destes direitos ou se se justificam reformas legislativas. Vários artigos sobre este tema foram já publicados pelos investigadores do CEDIS e está a ser preparado um livro englobando aproximadamente 20 artigos analisando tipos de contratos de propriedade intelectual. Resultados esperados: publicação de um livro com os resultados desta fase do projeto. Subprojeto 4: Ligação entre propriedade intelectual e direito da concorrência Ponto de partida: este sub-projeto lida com o interface entre o direito de autor e direito da propriedade industrial e a teoria económica, partindo do facto de que em ambos os casos se estuda comportamento baseado em incentivos, o que faz da propriedade intelectual um importante campo de estudo tanto para o Direito como para a Economia. Tendo como ponto de partida trabalhos escritos especificamente com este propósito, o projeto visa criar um espaço de discussão para alguns dos mais problemáticos temas que hoje se enfrentam em propriedade intelectual e nos quais a economia da regulação pode dar importantes contributos. Resultados esperados: organização de 3 workshops com o objetivo de discutir os trabalhos escritos sobre os 3 temas a ser analisados durante este período. Publicação de um livro; constituição de um site. Subprojeto 5: Contratos públicos e direito da concorrência Ponto de partida: trata dos problemas resultantes da interceção dos contratos públicos e da concorrência, normalmente apenas estudados por uma dessas disciplinas jurídicas e de um único (e incompleto) ponto de vista. Este subprojeto é assim uma primeira tentativa de uma análise interdisciplinar destes problemas e de extrair algumas conclusões da confluência destas duas diferentes perspetivas dos problemas, que são comuns a ambos os campos. Resultados esperados: organização de um livro com os resultados desta fase do projeto. Notar ainda que 2014 foi um ano marcado por alguma incerteza, na medida em que se apresentou como o ano em que não apenas se aguardavam os resultados da avaliação externa global do Centro, resultados esses que iriam influenciar a viabilidade do desenho do projecto estratégico de 2015-2020. Aliás, parte dos esforços dos investigadores do CEDIS foram dedicados à criação em rede do projecto estratégico para o próximo sexénio, de modo a construir uma linha mais internacional, mais robusta e mais densificadora da investigação em Direito em Portugal, projecto entretanto aprovado e financiado pela FCT, com relatórios de reconhecimento dos peritos internacionais.

#### **Breve descrição das actividades desenvolvidas bem como dos desvios ocorridos durante a execução do projecto**

A. Breve Descrição das Atividades Desenvolvidas 1. Reiterando o carácter de transição que o ano de 2014 representou para o CEDIS, destaque-se antes de mais a atualização do website do CEDIS. Este surge agora como uma plataforma actualizada, pronta para receber e divulgar mais eficazmente trabalhos da sua equipa: <http://cedis.fd.unl.pt/> 2. No que se refere à implementação de estruturas de suporte à investigação e ao ensino jurídico multidisciplinar, composta principalmente por websites e recursos jurídicos disponibilizados on-line, podemos identificar a continuação da realização das seguintes atividades: a) implementação da Biblioteca Digital de fontes para a História do Direito Português (cerca de 850 livros de literatura académica jurídica do século XIX e primeira metade do século XX foram digitalizados, classificados e publicados em <http://www.fd.unl.pt/ConteudosAreas.asp?Area=BibliotecaDigital>); b) finalização da implementação de um conjunto de coleções de documentação jurídica (sobretudo legislação) para apoiar o estudo de Direito colonial no Império Português, bem como do direito contemporâneo na África lusófona: i) edição digital de documentos sobre Direito Público dos países da CPLP, disponíveis no website do CEDIS (c. 35 textos constitucionais históricos e contemporâneos. c. 700 nn.

constitucional-de-língua-portuguesa/ ); ii) plataforma digital integrando c. de 10.000 normas coloniais (Legislação Novíssima do Ultramar (1834-1910), disponível no site "The Government of Difference" (<http://governodosoutros.ics.ul.pt/>), neste momento a ser testado e em breve disponibilizado na página da FDUNL-Cedis; iii) base de dados histórica indexada sobre escravidão, trabalho forçado e legislação sobre trabalho em Portugal e no Brasil, em parceria com o IFCH da Univ. Campinas ([www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/](http://www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/)); as leis abolicionistas foram igualmente publicadas na base de dados Le droit des traites et des esclavages, from Eurescl, Project "Slave trade, slavery, abolitions and their legacies in European histories and identities" (<http://www.eurescl.eu/>); iv) lista completa dos deputados nativos da África e Ásia eleitos para o parlamento português (1822-1926) e identificadas as sessões nas quais intervieram ou apresentaram projetos. c) implementação de um museu virtual de representações visuais, objetos burocráticos e textos jurídicos, jornalísticos e literários relacionados com o funcionário público português, homens de Estado e serviços públicos ao longo dos séculos XIX e XX (<https://sites.google.com/site/memorybankbureaucracy/home>); d) no âmbito do Observatório de Legislação Portuguesa (<http://www.fd.unl.pt/default.asp>) foi continuada a construção de um banco de dados sobre o conteúdo da legislação que se produziu em Portugal durante os últimos anos, bem como sobre a metodologia de elaboração das leis, e foram publicadas cinco edições de uma publicação anual, fazendo a análise quantitativa qualitativa dessa legislação. Além disso, foi ainda publicado um estudo sobre a Feitura das Leis por membros da equipa deste Centro e utilizando conhecimentos previamente adquiridos, em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos,; e) terminou-se a implementação do site do Fórum do Arrendamento (<http://www.fd.unl.pt/web/forums/#/>), com o objetivo de constituir um observatório sobre o assunto em Portugal; f) Iniciou-se a preparação de um website no Projeto A Génesis do Direito Internacional: Leituras Políticas da Bíblia e o Legado Ibérico (EXCL/EPH-HIS/0708/2012) que levou especialistas de vários países a realizarem apresentações numa conferência realizada em Jerusalém, com elevado sucesso (v. . Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas" e 9. Ficheiros Anexos).

3. No referente aos trabalhos de Centros de Estudo e Laboratórios ligados ao CEDIS: a) Foram alcançados importantes resultados no âmbito do laboratório para a resolução alternativa de litígios (<http://laboratorial.fd.unl.pt/>), cujo principal objetivo é o de estudar e promover o desenvolvimento de métodos de resolução alternativa de litígios (negociação, conciliação, mediação e arbitragem) e cuja extensão foi o Curso de Mediação de Conflitos com Dupla Certificação (Mediação Pública e Privada). Foram também publicados artigos científicos e o livro Curso de Resolução Alternativa de Litígios, já na sua 3ª edição; b) O Centro de Estudos em Propriedade Intelectual e Concorrência (CPIC), criado em 2009, tem como missão o desenvolvimento de atividades relacionadas com a promoção da formação e investigação nas áreas do Direito da Propriedade Intelectual e da Concorrência. Caracterizado por uma grande abertura à comunidade extra-académica, o Centro tem como objetivo criar condições para o desenvolvimento de estudos em vários campos da Propriedade Intelectual, incluindo direitos autorais e direitos de propriedade industrial, e do Direito da Concorrência; contribuir para a formação especializada nestas áreas e promover e participar nas discussões sobre a evolução da regulação dos Direitos de Propriedade Intelectual e do Direito da Concorrência e a aplicação destas regras no ordenamento jurídico português; d) São também de destacar as atividades desenvolvidas no âmbito da UMAC (Unidade de Mediação e Apoio ao Consumidor, em colaboração com o Instituto do Consumidor), envolvendo professores e alunos em assistência jurídica no domínio do direito do consumidor. 4. O projeto Legislação e direitos das pessoas com HIV/AIDS, que havia dado origem a um relatório final escrito por um estudante de doutoramento, que está neste momento a desenvolver uma tese de doutoramento sobre o tema, sob a supervisão de um membro da equipa de investigação do CEDIS. Numa área tangente, foi organizado um Seminário Nacional sobre Biodireito. 5. No que se refere a publicações: a) As atividades atrás referidas foram acompanhadas pela publicação, durante este ano, de livros, textos e artigos científicos sobre os assuntos nucleares investigados pelos membros do CEDIS, alguns deles analisando as informações disponíveis nas ferramentas de pesquisa criadas no âmbito das atividades do CEDIS e disponibilizando assim a um público especializado as conclusões que se foram retirando de vários anos de trabalho (v. Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas"; 5. Indicadores de realização física e 6. publicações); b) Continuou-se com a publicação de revistas científicas, iniciadas durante o ano de 2013, sobre Direito e Segurança e Direito de Língua Portuguesa. De realçar, relativo a este último tema, a publicação de livros especializados sobre a realidade legislativa dos países lusófonos africanos (v. Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas"; 5. Indicadores de realização física e 6. publicações). 6. A organização e a participação de investigadores do CEDIS em seminários nacionais e internacionais, cursos de especialização e outros constituíram outro conjunto importante de atividades desenvolvidas. Parte destas participações advêm de trabalho desenvolvido no CEDIS durante os últimos anos ou deram ou darão, elas próprias, origem a publicações no futuro (v. Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas"; 5. Indicadores de realização física e 6. publicações). Vale a pena sublinhar aqui, a título de exemplo: i) os Seminário Permanente sobre o Estado e o Estudo do Direito (SPEED), orientado para os estudantes de 3º ciclo e o "Espaço público", voltado para estudantes de graduação e de pós graduação, nos quais se promoveu regularmente debate sobre vários jurídicos e políticos temas contemporâneos; ii) as conferências nacionais e internacionais organizadas em cooperação com outros centros de investigação (ICS, CHAM, IFL, CCS – FLUL e outros) iii) as conferências comemorativas do 10.º aniversário do Tribunal Central Administrativo Sul, na área administrativa e na área tributária, por convite do Tribunal e em parceria com esta instituição; iv) a presença regular de peritos nacionais, e por vezes internacionais que foram convidados a fazer conferências sobre temas específicos relacionados com

os tópicos de pesquisa dos CEDIS. B. Desvios Ocorridos Durante A Execução Do Projecto Durante o ano de 2014 foram cumpridos vários objetivos do Projeto Estratégico, como se verá abaixo (objetivos atingidos), ainda que a verba atribuída e, acima de tudo, o tempo de preparação e do momento de transição vividos tenham sido de instabilidade. Há a registar que alguns dos pontos referidos como sendo objetivos do Projeto Estratégico (mormente na área do Direito e Literatura, Propriedade Intelectual e Concorrência, Projeto sobre Argumentação Jurídica, estudos sobre os portadores de HIV/SIDA e sobre o cumprimento dos contratos) não continuaram a ser tão desenvolvidos. Porém, tal deve-se, sobretudo, ao facto de estes projetos terem sido já anteriormente concluídos nas suas linhas mestras, com resultados, alguns deles, bastante satisfatórios (veja-se esta mesma secção no Relatório de 2011-2013), não tendo tal influído na realização das principais atividades e objetivos para o ano em apreço. Apresentando-se este Projeto como sendo a continuação e a finalização de um projeto anterior e, tendo o ano de 2014, sido marcado por uma preparação séria e estudada dos próximos anos de trabalho do Centro, com projetos coesos mas, por isso mesmo, de preparação árdua e muito tempo de dedicação. Razões de verba e da crise económica sentida em todo o panorama científico nacional também impediram um melhor desenvolvimento da finalização deste projeto, no entanto, saliente-se que se optimizou dentro do possível a utilização dos recursos (v. realização financeira). Também em 2014, a opção foi canalizar o essencial do restante financiamento disponível para a rubrica para recursos humanos, salvaguardando-se assim um dos objetivos mais importantes do projeto, o de promover a articulação entre a investigação e o ensino, através do envolvimento de estudantes nas equipas de investigação. Havendo-se abdicado de gastos com consultores, dedicou-se uma maior percentagem da verba à realização de missões no estrangeiro, com o objetivo de projetar o CEDIS e a sua equipa em instituições internacionais, num contexto europeu mas, acima de tudo, lusófono, concentrando essas verbas em missões para projetos com programada continuidade em anos futuros, criando assim um efeito multiplicador. Registe-se ainda que vários membros da equipa conseguiram outras fontes de financiamento ou apostaram no auto-financiamento das missões científicas ao estrangeiro. Infelizmente, outro objetivo específico transversal a todos os subprojetos que sofreu com a exiguidade do financiamento foi o recepção de professores visitantes, de investigadores externos ao Centro, juristas e não juristas, nacionais ou internacionais. O objetivo da internacionalização por estar via terá que ser intensificado no futuro. Algumas atividades realizadas não estavam previstas como objetivos específicos, mas contribuíram para realizar os objetivos gerais do projeto. Nomeadamente as atividades realizadas no âmbito da UMAC, da finalização do projeto Soberania pós-nacional: a União Europeia rumo a uma identidade política, com a publicação de um texto de um membro da equipa na obra coletiva deste projeto, e a realização de atividades de investigação no âmbito da área do Direito e Segurança. De salientar também a utilização de verbas substanciais na aquisição de bibliografia relevante para os estudos desenvolvidos no CEDIS bem como, e acima de tudo, de apoio a publicações de relevo científico nesta área, periódicas e não periódicas, por parte dos membros da equipa. Também se apostou no envio por correio, para divulgação, de obras dos membros da equipa ou de publicações do CEDIS a outras instituições ou investigadores com trabalho desenvolvido nas mesmas áreas que este centro. O subprojeto Biblioteca Digital tem aumentado, progressivamente, o número de livros disponibilizados, mas foi recentemente objeto de uma revisão geral que está em curso, visando a deteção de problemas, a melhor organização do website e, sobretudo, agilizar e tornar mais fácil a consulta pelos utilizadores, o que tem dado origem a uma diminuição do ritmo da publicação de novas obras e coleções. Na questão da aposta da investigação no Direito Constitucional de Língua Portuguesa, o fim da disponibilidade do bolseiro alocado a esse trabalho, havendo terminado o contrato de Bolsa de Iniciação Científica e o curto espaço de tempo até ao final do projeto levaram a que tivesse ficado suspenso, pelo menos durante o restante tempo da execução do projeto. Além disso (v. realização financeira e ficheiros anexos) lembre-se que, embora este relatório apenas diga respeito a atividades realizadas até final de 2014, devido à prorrogação do prazo atribuída pela FCT na execução deste projeto, foram realizadas atividades até 31 de março de 2015, ainda por conta do Projeto Estratégico de 2014. Tais actividades completaram-no e complementaram-no, bem como permitiram a criação de ligações para outras actividades capazes de fomentar o trabalho em rede com outras entidades de investigação na área do Direito ou em áreas de interesse para os objetivos prosseguidos pelo Centro, algo que será sentido e corporizado na execução do próximo projecto estratégico.

### **Objectivos atingidos**

Apesar de algumas dificuldades, em parte associadas a constrangimentos orçamentais, à incerteza provocada pela alteração das regras relativas à contabilidade dos Projetos e das Unidades de investigação, bem como devido ao tempo necessário à preparação do próximo projeto estratégico 2015-2020, uma boa parte dos objetivos foram atingidos (e a maioria dos valores para os indicadores de realização física foram cumpridos, v. ponto 5). Os vários websites, bases de dados e outros recursos para a investigação jurídica disponibilizados on-line concretizaram o objetivo, prosseguido desde a criação do Centro, de implementar estruturas de suporte à investigação e ao ensino jurídicos multidisciplinares, em diversas áreas e com objetivos específicos também diversos (v. "Breve descrição das atividades desenvolvidas (...)” e Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas”). A continuação da atividade de publicação, em 2014, de um conjunto assinalável de livros, textos e artigos, bem como a apresentação em conferências e encontros científicos nacionais e internacionais, sobre os temas nucleares investigados pelos membros do CEDIS, muitos deles analisando as informações disponíveis nas ferramentas de pesquisa criadas no âmbito das suas atividades (v. Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas” :5. Indicadores de realização

física e 6. publicações), concretizou o objetivo, que irá continuar, de formar um corpus doutrinal institucional coerente e tendencialmente orientado pelos seguintes princípios programáticos, que presidiram a toda a investigação realizada: • Favorecer a observação da aplicação prática do Direito e a perceção pública do mesmo e as suas articulações sociais, políticas, culturais e económicas, aspetos presentes em várias das atividades relatadas (realização de conferências sobre, por exemplo, Biodireito, Direito e Segurança, Transparência Fiscal), análise de jurisprudência dos tribunais (Ral-arbitragem), estudos qualitativos e quantitativos sobre a produção legislativa, no âmbito do Observatório sobre a Legislação; Fomentar a abertura da investigação jurídica a novas metodologias e métodos de análise, analisando, por exemplo, a forma e a efetividade da criação legislativa no âmbito do Observatório da Legislação, ou analisando o Direito de uma perspetiva histórica e comparatista, e questionando a existência e/ou a criação de um espaço jurídico lusófono (Law in Lusophone Africa); Promover a abertura da investigação jurídica à interdisciplinaridade, concretizada em vários estudos, seminários e projetos, onde se privilegiaram as perspetivas não jurídicas sobre o Direito. Tal é um valor facilitado pela integração na equipa de investigação do Centro de vários membros oriundos de outras áreas do saber (e.g., Antropologia, Sociologia, História, Economia), mas interessados na compreensão contextualizada dos fenómenos jurídicos. É de salientar, neste aspeto, o forte investimento na perspetivação histórica e cultural do nível jurídico da realidade, sobretudo no respeitante ao Direito nas épocas moderna e contemporânea e ao Direito colonial e pós colonial, pelas suas similitudes com as lógicas jurídicas dos novos espaços globalizados (como foram os espaços imperiais), mas também para potenciar o estudo das realidades jurídicas dos países de expressão oficial portuguesa, um dos objetivos específicos do projeto, desenvolvido no âmbito de um dos seus subprojetos (Law in Lusophone Africa). A dimensão interdisciplinar da investigação foi ainda intensificada por meio do acolhimento, no CEDIS, como instituição proponente ou instituição participante, de um projeto de investigação autónomo que envolveram parcerias com instituições e investigadores estrangeiros, no projeto EXCL/EPH-HIS/0708/2012, a Génese do Direito Internacional: leituras políticas da Bíblia e o Legado Ibérico. Refletir sobre realidades disciplinares jurídicas emergentes (formas de resolução alternativa de litígios, Direito e Bioética, Direito e Segurança, Direito e Religião). Em muitas destas atividades estiveram envolvidos alunos e bolsiros com bolsas de iniciação à investigação, concretizando-se aí outros dos objetivos gerais prosseguidos pelo Centro desde a sua criação: promover a participação dos alunos nas atividades de investigação, incentivando-os a trabalhar em equipa e numa perspetiva internacionalizante. Com as atividades desenvolvidas no âmbito da clínica jurídica UMAC (Unidade de Mediação e Apoio ao Consumidor, em colaboração com o Instituto do Consumidor), concretizou-se o objetivo de abrir a investigação a uma dimensão prática, de compromisso com a sociedade envolvente, o mesmo acontecendo relativamente a parte das atividades desenvolvidas no âmbito do Laboratório para a Resolução Alternativa de Litígios (RAL). O desenvolvimento do Observatório sobre a Legislação, o Fórum do Arrendamento, o objetivo estratégico de criar interfaces entre a investigação e a comunidade, de modo a que o trabalho académico seja utilizado nas opções políticas. O mesmo se pode afirmar relativamente às atividades que começaram a ser desenvolvidas em torno de novos temas como o Direito e a Segurança ou o Direito e a Religião. De salientar a participação do CEDIS apoiando a realização de cursos breves abertos ao público em geral sobre novos diplomas legais de interesse substancial para um público alargado, como seja a Nova Lei Geral das Funções Públicas e o Novo Código de Procedimento Administrativo. Refira-se também conferências sobre temas de grande atualidade como o do Ordenamento do Território e o da Transparência Fiscal, contribuindo para a formação e consciencialização da sociedade, ativando os deveres da cidadania. A internacionalização da investigação foi sendo melhorada no plano do acolhimento de eventos internacionais, na promoção da colaboração de membros do Centro em atividades científicas no estrangeiro e, em menor escala, na participação em projetos de investigação internacionais, bem como na busca de parcerias com instituições académicas estrangeiras, nomeadamente através da celebração de protocolos de intercâmbio científico e pedagógico com Universidades lusófonas (incluindo Brasil e Macau). De salientar que alguns membros da equipa estão envolvidos em projetos de âmbito europeu com financiamento próprio: "More Europe to Overcome the Crisis" – More EU, "The Role and Future of National Constitutions in European Global Governance" ConstEurGlobGov, FreSsco: Free Movement of Workers and Social Security Coordination (v. tabela com a descrição detalhada das atividades. Não foi ainda atingido o estágio desejado na internacionalização da investigação pela via da publicação em revistas internacionais indexadas. Tal é um dos aspetos que se espera vir a intensificar durante a execução do próximo Programa Estratégico 2015-2020, estando neste momento já realizado o levantamento das revistas científicas que constam dos indexadores mais importantes (Scopus, Scielo, Latindex e outros). A maior articulação entre os planos de investigação e os trabalhos desenvolvidos pelos alunos no âmbito do programa de doutoramento é outro objetivo que se espera vir a realizar de forma mais substantiva nos próximos anos, de modo a que, com base nessa articulação, se estruture uma comunidade académica mais coesa.

---

---

#### **Realização Financeira (justificação sumária dos desvios ocorridos durante a execução do projecto)**

Para o ano de 2014 a verba atribuída pela FCT foi de €44 583 distribuídos inicialmente da seguinte forma:

€6 443 para missões, €13 500 orientados para a aquisição de bens e serviços e €24 640 destinados a recursos humanos. De acordo com o plano acima enunciado estes valores refletiam o plano de utilização de bolseiros, bens e serviços e de participação dos membros do CEDIS em missões, fundamentalmente no estrangeiro. Porém, e como já referido, o ano de 2014 foi um ano de transição pelo que, devido ao facto de não terem sido utilizados tantos bolseiros quantos os inicialmente previstos e de o Projeto Estratégico de 2014 ter sido prorrogado até 31 de março de 2015, e ainda como tentativa de otimizar o cumprimento do Projeto Estratégico e a utilização dos recursos disponíveis, foram as verbas destinadas a estas três rubricas alteradas [v. ficheiro anexo no ponto 9] passando a estar previstos €21 175 para a rubrica recursos humanos, €9 443 para missões e €13 965 para aquisição de bens e serviços. De acordo com esta última organização orçamental, e tal como foi submetido no total dos três pedidos de pagamento: • a rubrica dos recursos humanos não apresentou qualquer desvio; • a da aquisição de bens e serviços apenas ficou com um superavit de €88, o que não nos parece significativo; • e, por último, a rubrica missões apresentou um superavit de 495,37€ o que se deveu ao facto de os preços dos voos e das estadias terem sido mais baratos ou, até, providenciados pelos parceiros organizadores dos eventos internacionais, ao contrário do expectável no momento da projecção. Todavia, frisa-se, nem o pouco tempo de preparação para este Projeto nem estes pequenos desvios influenciaram o cumprimento dos indicadores científicos previstos para este Projeto Estratégico.

### Indicadores de Realização Física

Indicadores	Quantidade realizada
<b>A - Publicações</b>	
Livros	23
Artigos em revistas internacionais	15
Artigos em revistas nacionais	17
<b>B - Comunicações</b>	
Comunicações em encontros científicos internacionais	91
Comunicações em encontros científicos nacionais	40
<b>C - Relatórios</b>	1
<b>D - Organização de seminários e conferências</b>	25
<b>E - Formação avançada</b>	
Teses de Doutoramento	6
Teses de Mestrado	21
Outras	0
<b>F - Modelos</b>	0
<b>G - Aplicações computacionais</b>	0
<b>H - Instalações piloto</b>	0
<b>I - Protótipos laboratoriais</b>	0
<b>J - Patentes</b>	5
<b>L - Outros</b>	

### 6. Publicações

Ano	Publicações	URL
2014	Abrantes, José João, Direitos fundamentais da pessoa humana no	<a href="https://books.google.pt/books?id=XV1OBAAAQBAJ&amp;pg=PT6&amp;lpg=PT6&amp;dq=Direitos+fundamentais+da+pessoa+huma+na+no+trabalho+%E2%99%A2+em+especial,+a+reserva+da+intimidade+da+vida+privada">https://books.google.pt/books?id=XV1OBAAAQBAJ&amp;pg=PT6&amp;lpg=PT6&amp;dq=Direitos fundamentais da pessoa huma na no trabalho %E2%99%A2 em especial, a reserva da intimidade da vida privada</a>

	trabalho – em especial, a reserva da intimidade da vida privada (algumas questões), Al medina, Coimbra, 2014, ISBN 978-972-40-5540-4	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=24679">%28algumas quest%C3%B5es%29&amp;source=bl&amp;ots=hvcPuObNsG&amp;siq=nIqVWMZbTCOZe79lw9jnv3yMts&amp;hl=pt-PT&amp;sa=X&amp;ei=NJhIve_OBMKsUeODgZAN&amp;ved=0CDEQ6AEwAw#v=onepage&amp;q=Direitos%20fundamentais%20da%20pessoa%20humana%20no%20trabalho%20%E2%80%93%20em%20especial%20a%20reserva%20da%20intimidade%20da%20vida%20privada%20(algumas%20quest%C3%B5es)&amp;f=false</a>
2014	Almeida, Carlos Ferreira de, Contratos IV. Funções. Circunstâncias. Interpretação, Coimbra, Almedina, 2014, ISBN: 978-972-40-5278-6	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=24679">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=24679</a>
2014	Carvalho, Jorge Morais, Manual de Direito do Consumo, Almedina, Coimbra, 2014, ISBN 9789724057767	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=22988">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=22988</a>
2014	Carvalho, Jorge Morais, Pinto-Ferreira, João Pedro, Contratos Celebrados à Distância e Fora do Estabelecimento Comercial – Anotação ao Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de Fevereiro, Almedina, Coimbra, 2014, ISBN 9789724056500	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=24266">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=24266</a>
2014	Caupers, João, Almeida, Marta Tavares de, Pierre Guibentif, Feitura das Leis: Portugal e a Europa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2014, ISBN 9789898662385	<a href="https://www.ffms.pt/estudo/107/feitura-de-leis-por-tugal-e-a-europa">https://www.ffms.pt/estudo/107/feitura-de-leis-por-tugal-e-a-europa</a>
2014	Gonçalves, Luísa Andias, Lambelho, Ana, Manual de Direito do Trabalho: Da teoria à prática, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, ISBN 978-972-32-2297-5	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=24846">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=24846</a>
2014	Gouveia, Jorge Bacelar, Direito Constitucional de Angola, IDiLP, Lisboa/Luanda, 2014 (ISBN 978-989-97857-2-4)	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=24131">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=24131</a>
2014	Gouveia, Jorge Bacelar, Constitutional Law – Portugal, in International Encyclopaedia of Laws, Wolters Kluwer Law & Business: 3ª ed, 113, August 2014 (ISBN 978-90-6544944-3)	<a href="http://www.kluwerlaw.com/Catalogue/titleinfo.htm?wbc_purpose=Basic%2525?ProdID=9041158812&amp;name=Constitutional-Law-in-Portugal---Second-Edition">http://www.kluwerlaw.com/Catalogue/titleinfo.htm?wbc_purpose=Basic%2525?ProdID=9041158812&amp;name=Constitutional-Law-in-Portugal---Second-Edition</a>
2014	Gouveia, Mariana França, Curso de Resolução Alternativa de Litígios, Almedina Coimbra 2014	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=14605">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=14605</a>

	ISBN 978-972-40-5570-1	
2014	Freitas, José Lebre de, A ação executiva, 6ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, ISBN 978-972-32- 2224-1	<a href="http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?&amp;SUB_NAV_ID_OBJ=38830">http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?&amp;SUB_NAV_ID_OBJ=38830</a>
2014	Freitas, José Lebre de, Código de Processo Civil anotado, 3ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, ISBN 9789723222784	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=1811">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=1811</a>
2014	Inocêncio, Flávio, Reconceptualising Sovereignty in the Post- National State: Statehood Attributes in the International Order, Authorhouse, Indiana, Bl oomington, 2014 , ISBN 9781496977687	<a href="http://www.authorhouse.co.uk/Bookstore/BookDetail.aspx?BookId=SKU-000927295">http://www.authorhouse.co.uk/Bookstore/BookDetail.aspx?BookId=SKU-000927295</a>
2014	Rangel, Elisa Nunes, Lições de finanças públicas e de direito financeiro, 5ª ed., rev. e act, Luanda : [s.n.], 2014, ISBN 978-989-97239-1-7	<a href="#">n/a</a>
2014	AAVV, I Congresso Luso- Brasileiro de Direito (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Heraldo de Oliveira Silva), Almedina, Coimbra, 2014, (ISBN 978-972-40- 5503-9)	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=23935">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=23935</a>
2014	AAVV, III Congresso do Direito de Língua Portuguesa (coord. de Jorge Bacelar Gouveia, Henriques José Henriques, Gildo Espada e Francisco Pereira Coutinho), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 23-32 (ISBN 978-972- 40-5503-9)	<a href="http://www.fnac.pt/III-Congresso-do-Direito-de-Lingua-Portuguesa-Jorge-Bacelar-Gouveia/a783195">http://www.fnac.pt/III-Congresso-do-Direito-de-Lingua-Portuguesa-Jorge-Bacelar-Gouveia/a783195</a>
2014	Abrantes, José João (coord.), Congresso Europeu de Direito do Trabalho - Comunicações apresentadas no congresso organizado pela ELSA Nova Lisboa e Fa culdade de Direito da UNL realizado nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2012, Almedina, Coimbra, 2014, ISBN 978-972-40-5546-6	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=23919">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=23919</a>
2014	Beleza, Teresa Pizarro, Pinto, Frederico Costa, Caeiro, Pedro, Multiculturalismo e Direito	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=23870">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=23870</a>

	Penal, Coimbra, Almedina, 2014, 9789724052274	
2014	Coutinho, Francisco Pereira, Mendes, Nuno Canas (org.), Enciclopédia das Relações Internacionais, Dom Quixote, Lisboa, 2014, ISBN 978-972-20-5505-5	<a href="http://www.fnac.pt/Enciclopedia-das-Relacoes-Internacionais-Nuno-Canas-Mendes/a804798">http://www.fnac.pt/Enciclopedia-das-Relacoes-Internacionais-Nuno-Canas-Mendes/a804798</a>
2014	Gouveia, Jorge Bacelar, Legislação de Direito Constitucional de Angola (com Raul Araújo), IDILP, Lisboa-Luanda, 2014 (ISBN 978-989-97857-3-1)	<a href="http://cedis.fd.unl.pt/blog/project/legislacao-de-direito-constitucional-de-angola/">http://cedis.fd.unl.pt/blog/project/legislacao-de-direito-constitucional-de-angola/</a>
2014	Legislação de Direito Fiscal (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Mário Ramos Pereira Silva), FDJ & Edições ISCJS, Praia, 2014 (ISBN 978-989-99048)	<a href="#">n/a</a>
2014	Gouveia, Jorge Bacelar, As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, 4.ª edição, atualizada, Almedina, Coimbra, 2014, ISBN 9789724058238	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=919">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=919</a>
2014	Hespanha, António Manuel, Revisão do texto francês de Culture jurídica europeia. Síntese de um milénio (Laure Collet, La Culture Juridique Européenne: Synthèse d'un millénaire), para publicação em e-book em Amazon (2015).	<a href="#">n/a</a>
2015	Silva, Cristina Nogueira, Xavier, Ângela Barreto, Cardim, Pedro (orgs.), António Manuel Hespanha - Entre a História e o Direito, Almedina, Coimbra, 2015, ISBN 978-972-40-5796-5	<a href="http://www.wook.pt/ficha/antonio-manuel-hespanha-entre-a-historia-e-o-direito/a/id/16268753">http://www.wook.pt/ficha/antonio-manuel-hespanha-entre-a-historia-e-o-direito/a/id/16268753</a>
2015	Caupers, João, Tavares de Almeida Marta, Guibentif Pierre (coord.) Feitor Sandra Inês (bolsista de investigação), Boletim do Observatório da Legislação	<a href="http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2015/02/Boletim-n.%C2%BA-6.pdf">http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2015/02/Boletim-n.%C2%BA-6.pdf</a>
2014	Abrantes, José João, "Sociedade e direito – algumas notas sobre as suas relações (o exemplo do direito do trabalho)", in Questões Laborais, nº 42, Vinha anos de Questões	<a href="#">n/a</a>

	Laborais, número especial comemorativo, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, p. 517-526, ISBN 978-972-32-2218-0	
2014	Abrantes, José João, "Protecção dos direitos sociais e crise do Estado Social", in III Congresso do Direito de Língua Portuguesa ("Justiça, Desenvolvimento e Cidadania"), coord. de Jorge Bacelar Gouveia, Henriques José Henriques, Gildo Espada e Francisco Pereira Coutinho, Coimbra, 2014, p. 171-182, ISBN 978-972-40-5503-9	<a href="#">n/a</a>
2014	Abrantes, José João, "A Constituição e as reformas laborais em curso", in Congresso Europeu de Direito do Trabalho, Almedina, Coimbra, 2014, p. 13-26, ISBN 978-972-40-5546-6	<a href="#">n/a</a>
2014	Abrantes, José João, Algumas considerações sobre o direito à greve – a propósito das convenções n.ºs 87 e 98 da OIT", in Rúbia Zanotelli de Alvarenga e Lorena Colnago (coord.), Direito Internacional do Trabalho e as Convenções Internacionais da OIT - Comentadas, Editora LTr, São Paulo – Brasil, 2014, p. 399-402, ISBN: 9788536128276	<a href="#">n/a</a>
2014	Abrantes, José João, "Eingriffe in die Tarifvertragssysteme durch die Austeritätspolitik in Europa: Das Beispiel Portugal", in Rechtspolitischer Kongress 2014, Berlin, 2014, p. 37-40, ISBN 9783864988615,	<a href="http://www.rechtspolitischer-kongress.de/pdf/dokumentation-www.pdf">http://www.rechtspolitischer-kongress.de/pdf/dokumentation-www.pdf</a>
2014	Abrantes, José João, "A jurisprudência constitucional recente em matéria laboral (algumas notas)", in Para Jorge Leite – Escritos Jurídico-Laborais, I, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, p. 1-20, ISBN 978-972-32-	<a href="#">n/a</a>

	2259-3	
2014	Almeida, Carlos Ferreira de, O problema do significado na filosofia e nas ciências da linguagem (síntese de um jurista para juristas), in Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício, Coord. Antunes, Maria João & Marta Cavaleira, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 287-299, ISBN: 978-972-32-2268 -5	<a href="#">n/a</a>
2014	Almeida, Carlos Ferreira de, O futuro do Direito do Consumo na crise económica global, in I Congresso Luso-Brasileiro de Direito (coord. de Jorge Bace lar Gouveia e Heraldo de Oliveira Silva), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 33-39 (ISBN 978-972-40-5503-9)	<a href="#">n/a</a>
2014	Brito, Maria Helena, "Direito aplicável aos contratos internacionais: Algumas considerações sobre as regras gerais incluídas na Convenção de Roma e no Regulamento Roma I", in O espaço de liberdade, segurança e justiça da UE: desenvolvimentos recentes – The EU area of freedom, security and justice: recent developments, Sousa, Constança Urbano de (coord.), EDIUAL, Universidade Autónoma Editora, Lisboa, p. 195 a 211, 2014, ISBN: 978-989-8191-61-8	<a href="#">n/a</a>
2014	Brito, Maria Helena, "O princípio do direito único como instrumento jurídico da coerência em Direito Internacional Privado", in Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício, Antunes, Maria João, com a colaboração de Marta Cavaleira (org.), Coimbra Editora, Coimbra, p. 977 a 1008, 2014, ISBN: 978 -972-32-2268-5	<a href="#">n/a</a>
2014	Camarinhas, Nuno, «Juiz Conselheiro José da Silva	<a href="#">n/a</a>

	Carvalho», in Figuras do Judiciário. Séculos XIX e XX, Eloy, Luís (ed.), Almedina, Coimbra, pp. 55-70, 2014, ISBN 9789724054919	
2014	Carvalho, Jorge Morais, Os Princípios da Autonomia Privada e da Liberdade Contratual, in Para Jorge Leite – Escritos Jurídicos, Vol. II, Reis, João, Amado, Leal, Fernandes, Liberal, e Redinha, Regina (org.), Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 99-119, ISBN 978-972-32-2260-9	<a href="#">n/a</a>
2014	Carvalho, Jorge Morais, Contratos Cíveis e Próprios do Fenómeno Desportivo, in O Desporto que os Tribunais Praticam, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 69-90, ISBN 9789723222128	<a href="#">n/a</a>
2014	Carvalho, Jorge Morais, Venda de Bens de Consumo, in I Congresso Luso-Brasileiro de Direito, Jorge Bacelar Gouveia e Heraldo Oliveira, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 79-106, ISBN 9789724055039	<a href="#">n/a</a>
2014	Coutinho, Francisco Pereira, Jurisprudência anotada dos Tribunais da União Europeia sobre casos portugueses – Anuário Português de Direito Internacional 2012, Instituto Diplomático, Lisboa, 2014, pp. 142 a 251, ISBN 978-972-9245-93-0	<a href="#">n/a</a>
2014	Coutinho, Francisco Pereira, "Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança", "Auto-determinação", "Comunidade de Países de Língua Portuguesa", "Euro", "Serviço Europeu de Ação Externa", "Tribunal de Justiça da União Europeia", "União Europeia", "Uso da Força", in Enciclopédia das Relações Internacionais, Coutinho Francisco Pereira, Mendes Nunes	<a href="#">n/a</a>

	Canas, Dom Quixote, Lisboa, 2014, pp. 20 a 22, 48 a 50, 84 a 86, 203 a 205, 400 a 403, 484 a 486, 520 a 522, 532 a 535 e 535 a 537; ISBN 978-972-20-5505-5	
2014	Coutinho, Francisco Pereira, "A Política Externa de Segurança Comum da União Europeia e o Tratado de Lisboa", in I Congresso Luso-Brasileiro de Direito, Org. Jorge Bacelar Gouveia, Heraldo de Oliveira, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 113 a 135, ISBN 978-972-40-5503-9	<a href="#">n/a</a>
2014	Coutinho, Francisco Pereira, "O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Liberdade de Imprensa: os casos portugueses", in Media, Direito e Democracia, org. Blanco de Morais, Carlos, Duarte, Maria Luísa e Brízida Castro, Raquel Alexandra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 321 a 361, ISBN 978-972-40-5663 1-9	<a href="#">n/a</a>
2014	Gonçalves, Luísa Andias, Prestações compensatórias de subsídio de férias e de subsídio de Natal, Para Jorge Leite. Vol I – Escritos Jurídico-Laborais, Reis, João; Amado, Leal, Fernandes, Liberal; Redinha, Regina (org.), Coimbra Editora, Coimbra, capítulo: 391-410, 2014, ISBN 978-972-32-2259-3	<a href="#">n/a</a>
2014	Gonçalves, Luísa Andias, Reflexões em torno da reforma das prestações sociais – das pensões em especial, in Por onde vai o Estado Social em Portugal?, Mendes, Fernando; Cabral, Nazaré (org.), Vida Económica, Porto, pp. 189-214, 2014, ISBN 978-972-788-970-9	<a href="#">n/a</a>
2014	Gouveia, Jorge Bacelar, Portugal, Brasil e o Direito Internacional, in AAVV, I Congresso Luso-Brasileiro de Direito, Coord. de	<a href="#">n/a</a>

	Jorge Bacelar Gouveia e Heraldo de Oliveira Silva), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 23-32 (ISBN 978-972-40-5503-9)	
2014	Gouveia, Jorge Bacelar, Direito Internacional Público, in AAVV, Enciclopédia das Relações Internacionais (org. de Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho), D. Quixote, Lisboa, 2014, pp. 158-163 (ISBN 978-972-20-5505-5)	<a href="#">n/a</a>
2014	Guedes, Armando Marques, Proxy Wars, in AAVV, Enciclopédia das Relações Internacionais (org. de Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho), D. Quixote, Lisboa, 2014, pp. 457-461 (ISBN 978-972-20-5505-5)	<a href="#">n/a</a>
2014	Guedes, Armando Marques, Liaisons dangereuses: reading and riding the winds of security risks in the Atlantic south, in Dark Network in the Atlantic Basin. Emerging Trends and Implications for Human Security, SAIS (School for Advanced International Studies), Johns Hopkins University, Washington DC, p. 205-237, ISBN 13: 978-0-9907720-2-6	<a href="#">n/a</a>
2014	Hespanha, António Manuel, Rumos do constitucionalismo no séc. XXI: constitucionalismo, pluralismo e neoliberalismo, in As Conferências do CEJ, Coimbra, Almedina, 2014, ISBN 9789724058375,	<a href="http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=25246">http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=25246</a>
2014	Nunes, Pedro Caetano, "Atos gratuitos, capacidade jurídica e vinculação das sociedades comerciais", in III Congresso Direito das Sociedades em Revista, Pedro Pais de Vasconcelos, Jorge Coutinho de Abreu, Rui Pinto Duarte (org.), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 505-525, ISBN 978-972-40-5503-9	<a href="#">n/a</a>

	972-40-5749-1	
2014	<p>Piçarra, Nuno, José Vilaça, "Are there Substantive Limits to the Amendment of the Treaties?", in EU Law and Integration. Twenty Years of Judicial Application of EU Law, Hart Publishing, Oxford, pp. 13-43, 2014, ISBN 978-1-84946-508-3</p>	<a href="#">n/a</a>
2014	<p>Piçarra, Nuno, "Espaço de liberdade, segurança e justiça e «método comunitário»: uma relação finalmente estabilizada pelo Tratado de Lisboa?", in O espaço de liberdade, segurança e justiça da UE: desenvolvimentos recentes / The EU area of freedom, security and justice: recent developments, Constança Urbano de Sousa (org.), Edial, Lisboa, 2014, pp. 9-41, ISBN 978-989-8191-61-8</p>	<a href="#">n/a</a>
2014	<p>Piçarra, Nuno, "Política Europeia de Vizinhança", in Enciclopédia das Relações Internacionais, Coutinho Francisco Pereira, Mendes Nuno Canas, Dom Quixote, Lisboa, 2014, pp. 403-407, ISBN 978-972-20-5505-5</p>	<a href="#">n/a</a>
2014	<p>Pinto, Frederico Costa, Crimes no sistema financeiro: o mapa legal e a adequação da tutela penal, in AAVV, Infracções Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e Direito, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 479 a 492, ISBN 978-972-32-2170-1</p>	<a href="#">n/a</a>
2014	<p>Pinto, Frederico Costa, in AAVV, Media, Direito e Democracia, coord. Carlos Blanco de Morais, Luísa Duarte e Raquel Castro, Coimbra: Almedina, 2014, p. 257-272, ISBN 9789724056319</p>	<a href="#">n/a</a>
2014	<p>Pires, Rita Calçada, Pires, Manuel, O imposto na Crise: Significados e Reflexões. In O significado do imposto e da crise</p>	<a href="#">n/a</a>

	<p>Coordenação: Rita Calçada Pires e Manuel Pires. Coleção Ensaíos. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, Dezembro de 2014, págs.135-159 ISBN 978-989-640-178-8</p>	
2014	<p>Rangel, Elisa Nunes, Um "Flash" à Anatomia de Direitos Fundamentais Sociais na Constituição de Angola, in A Jurisdição Constitucional e os Direitos Fundamentais nas Relações Privadas: Questões Contemporâneas, São Paulo, Per Se Editora, 2014, pp. 103-122, ISBN 9788581967987,</p>	<p><a href="https://books.google.pt/books?id=HACcBQAAQBAJ&amp;pg=PP4&amp;lpq=PP4&amp;dq=A+Jurisdi%C3%A7%C3%A3o+Constitucional+e+os+Direitos+Fundamentais+nas+Rela%C3%A7%C3%B5es+Privadas:+Quest%C3%B5es+Contempor%C3%A2neas&amp;source=bl&amp;ots=wKAp1qCrK&amp;sig=TcO444-qieXcE6BFtm1xR2Nfk_pM&amp;hl=pt-PT&amp;sa=X&amp;ei=vu5ivfxvBoXfUZ6zqKAK&amp;ved=0CCAQ6AEwAA#v=onepage&amp;q=A%20Jurisdi%C3%A7%C3%A3o%20Constitucional%20e%20os%20Direitos%20Fundamentais%20nas%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Privadas%3A%20Quest%C3%B5es%20Contempor%C3%A2neas&amp;f=false">https://books.google.pt/books?id=HACcBQAAQBAJ&amp;pg=PP4&amp;lpq=PP4&amp;dq=A+Jurisdi%C3%A7%C3%A3o+Constitucional+e+os+Direitos+Fundamentais+nas+Rela%C3%A7%C3%B5es+Privadas:+Quest%C3%B5es+Contempor%C3%A2neas&amp;source=bl&amp;ots=wKAp1qCrK&amp;sig=TcO444-qieXcE6BFtm1xR2Nfk_pM&amp;hl=pt-PT&amp;sa=X&amp;ei=vu5ivfxvBoXfUZ6zqKAK&amp;ved=0CCAQ6AEwAA#v=onepage&amp;q=A%20Jurisdi%C3%A7%C3%A3o%20Constitucional%20e%20os%20Direitos%20Fundamentais%20nas%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Privadas%3A%20Quest%C3%B5es%20Contempor%C3%A2neas&amp;f=false</a></p>
2014	<p>Rego, Margarida Lima, «O início da cobertura no seguro desportivo», O desporto que os tribunais praticam, José Manuel Meirim (coord.), Coimbra Editora, Coimbra, pp. 211-226, 2014, ISBN 9789723222128</p>	<p>n/a</p>
2014	<p>Rego, Margarida Lima, «Da inconstitucionalidade das normas permissivas de "discriminação racional"», Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício, coord. Antunes, Maria João/ Cavaleira, Marta, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 869-888, 2014, ISBN 9789723222685</p>	<p>n/a</p>
2014	<p>Silva, Cristina Nogueira da, Como contar a história dos Direitos Humanos? Algumas questões metodológicas, in Direitos Fundamentais e soberania na Europa. História e Actualidade, Coord. Marques, António, Barcelos, Paulo, IFILNova (Coleção Colloquia), Lisboa, 2014, pp. 27-67, 978-989-97073-3-7</p>	<p>n/a</p>
2014	<p>Silva, Cristina Nogueira da, O registo da diferença: fotografia e classificação jurídica das populações coloniais, in O Império da Visão, org. Vicente, Filipa (Org.), Edições 70,</p>	<p>n/a</p>

	Almedina, Coimbra, 2014, pp. 67-85, ISBN 978-972-44-1811-7	
2014	Silva, Cristina Nogueira da, Interdisciplinaridade, Direito e História Cultural do Direito, III Congresso do Direito de Língua Portuguesa (coord. de Jorge Bacelar Gouveia, Henriques José Henriques, Gildo Espada e Francisco Pereira Coutinho), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 275-289, ISBN 978-972-40-5503 -9	<a href="#">n/a</a>
2014	Tavares, Fernando Horta, "Autocomposição de litígios no Brasil e Reformas Processuais", in III Congresso do Direito de Língua Portuguesa ("Justiça, De envolvimento e Cidadania"), coord. de Jorge Bacelar Gouveia, Henriques José Henriques, Gildo Espada e Francisco Pereira Coutinho, Coimbra, 2014, p. 200-226, ISBN 978-972-40-5503-9	<a href="#">n/a</a>
2014	Tavares, Fernando Horta, "Justiça de Transição: a comissão nacional da verdade e o "dever de justiça" a partir das Teorias de John Rawls e Paul Ricoeur", in Memória, Verdade e Justiça de Transição: XXIII Congresso Nacional de Conpedi, Iranice Gonçalves Muniz e Edjane Esmerina Dias da Silva (org.) Conpedi/Publica Direito, Florianópolis, 2014, pp. 407-436, 9788555050244	<a href="#">n/a</a>
2014	Tavares, Fernando Horta, Assis, Zamira, "O divórcio e a dissolução da sociedade conjugal no projeto do novo código de processo civil: avanços e retrocessos", in Novas Tendências do Processo Civil: estudo sobre o Projeto do Novo Código Civil, Alexandre Freire et. Al (org.), Jus Podium, Salvador, 2014, pp. 512-531, ISBN 978544200338	<a href="#">n/a</a>

2014	Tavares, Fernando Horta, Queiroz, Frederico, "Políticas de Igualdade Racial: uma análise da Permanência do Estudante Beneficiário das cotas no Ensino Superior", in Direitos Sociais e Políticas Públicas III: XXIII Congresso Nacional do Conpedi, Terezinha de Oliveira Domingos, Rogério Luiz Nery da Silva (org.), Conpedi/PublicaDireito, Florianópolis, 2014, 310-325, ISBN 9788555050039	<a href="#">n/a</a>
2014	Trabuco, Cláudia, O direito ao espetáculo e o direito à imagem dos desportistas - cotejo dos Direitos Português e Brasileiro, in I Congresso Luso-Brasileiro de direito, Gouveia, Jorge Bacelar; Silva, Heraldo de Oliveira (org.), Almedina, Coimbra, 2014,, pp. 137-158, ISBN 978-972-40-5503-9	<a href="#">n/a</a>
2014	Abrantes, José João, "La crisis, la reforma laboral y la jurisprudencia constitucional en Portugal", in Revista General de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social n.º 38 (Julio 2014), ISSN-e: 1696-9626	<a href="http://dialnet.unirioja.es/ejemplar/383965">http://dialnet.unirioja.es/ejemplar/383965</a>
2014	Abrantes, José João, "The crisis and the future of the Social State. Remarks in the light of the Portugal membership in the structures of the EU", in The Copernicus Journal of Political Studies, Issue 2/2014, p. 203-214, ISSN 2299-4335	<a href="#">n/a</a>
2014	Abrantes, José João, "A crise, a reforma laboral e a jurisprudência constitucional em Portugal", in JURISMAT - Revista Jurídica, n.º 5 (2014), p. 101 -118, ISSN 2182-6900	<a href="#">n/a</a>
2014	Almeida, Carlos Ferreira de, "OPA obrigatória no direito cabo-verdiano. Pressupostos e efeitos cíveis de incumprimento"	<a href="#">n/a</a>

	Revista Jurídica da Universidade de de Santiago (Cabo Verde), nº 1, 2013 (mas 2014), pp. 91-103, ISSN 2309-3595	
2014	Almeida, Joana Estorninho de, Os Empregados de Secretaria na transição para a Administração Moderna do Estado, in Cadernos do Arquivo Municipal, Série II, número 2, 2014, pp. 145-165, ISSN 2183-3176	<a href="#">n/a</a>
2014	Brito, Maria Helena, "Arbitragem internacional. A propósito da nova Lei da Arbitragem Voluntária", Themis, Ano XII – n.ºs 22/23, p. 103 a 143, ISSN 21 82-9438	<a href="#">n/a</a>
2014	Camarinhas, Nuno, «A Casa da Suplicação nos finais do Antigo Regime (1790-1810)», in Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa, 2.ª série, N.º 2, July-December, 2014, pp. 223-241, ISSN 2183-3176	<a href="#">n/a</a>
2014	Carvalho, Jorge Morais, Implementation of the Consumer Rights Directive: Portugal, in euivr – Zeitschrift für Europäisches Unternehmens- und Verbraucherecht – Journal of European Consumer and Market Law, Vol. 3, n.º 4, 2014, pp. 285-288, ISSN 2191-3412/ISSN 2191-3420	<a href="#">n/a</a>
2014	Carvalho, Jorge Morais, Moura Miguel Calado, Perspetivas Extracontratuais e Contratuais da Prevenção do Perigo na Prática Desportiva do Golfe — A Propósito do Acórdão do TRL, de 16 de Abril de 2013, e do Acórdão do STJ, de 15 de Novembro de 2013, in Desporto & Direito – Revista Jurídica do Desporto, Ano XI, n.º 32, 2014, pp. 141-172, ISSN 1645-8206	<a href="#">n/a</a>
2014	Costa, Manuel Afonso, Os Fundamentos Estruturais da Modernidade.	<a href="#">n/a</a>

	Secularização e Autonomia. O Momento Ético-Jurídico. Grócio entre Intelectualismo e Voluntarismo» (2014), Revista Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, nº 32, Macau.	
2014	Coutinho, Francisco Pereira, "Os tribunais arbitrais tributários e o reenvio prejudicial", Arbitragem Tributária, Arbitragem Tributária n.º 1, pp. 16 e 17, 2014,	<a href="#">n/a</a>
2014	Feijó, Carlos da Silva; Nadorff, Norman, Where there's a will there's a way: making Angola's probity laws work, Journal of World Energy Law&Business, 7, 179 (introdução), 2014, pp. 183-200, ISSN 1754-9957/1754-9965	<a href="#">n/a</a>
2014	Garcia, Francisco Proença, O Instrumento Militar e Forças Armadas - o caso de um pequeno Estado, in RDeS - Revista de Direito e Segurança, n.º 3, ano II, janeiro-junho 2014, pp. 113-133, ISSN 2182-8687	<a href="#">n/a</a>
2014	Gonçalves, Luísa Andias, Compensação por extinção do contrato de trabalho, in Questões Laborais, 2014, 43, 358 (artigo: pp. 251-278), ISSN 0872-8267	<a href="#">n/a</a>
2014	Gouveia, Jorge Bacelar, A Segurança Nacional na Constituição de Angola de 2010, in RDeS – Revista de Direito e Segurança, Ano II, nº 4, de julho-dezembro de 2014, pp. 161-181 (ISSN 2182-8687)	<a href="#">n/a</a>
2014	Gouveia, Mariana França, Pinto-Ferreira João Pedro, A Oposição à Execução baseada em Requerimento de Injunção – Comentário ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 388/2013, Thémis – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Ano XIII, nº 24/25, pp. 215-248	<a href="#">n/a</a>

	ISSN 2182-9438	
2014	Guedes, Armando Marques, Le Droit de Mer et les côtes et les rimlands de l'Europe du sud-ouest et de l'Afrique du nord-ouest: quelques insuffisances d u cadre juridique face aux enjeux géopolitiques présents, in Revista Direito e Segurança, ano II, no. 3, pp. 37-53 (ISSN 2182-8687)	<a href="#">n/a</a>
2014	Hespanha, António Manuel, The Legal Patchwork of Empires, in Rechtsgeschichte Legal History, 22(2014), 303-314, eISSN 2195-9617,	<a href="http://rq.rq.mpg.de/de/article_id/947">http://rq.rq.mpg.de/de/article_id/947</a>
2014	Inocêncio, Flávio, Benefícios Fiscais e Planeamento Fiscal, in Revista do Direito de Língua Portuguesa, n.º 3, ano II, IDILP, pp. 37-81, ISSN 2182-869 5, 2182-8768 (em linha)	<a href="#">n/a</a>
2014	Piçarra, Nuno, Coutinho, Francisco Pereira, "Free Movement of European Union Citizens in Portugal", in Revista del Ministerio de Empleo y Seguridad So cial, Série Migraciones Internacionales, n.º 101, 2014, pp. 197 a 219, ISSN 2254-3295	<a href="#">n/a</a>
2014	Piçarra, Nuno, "Nos 50 anos do acórdão Van Gend en Loos. A génese dos princípios do efeito direto e do primado do direito da União Europeia e o seu im pacto constitucional", in Themis – Revista da Faculdade de Direito da UNL, n.º 24/25, 2014, pp. 101-121, ISSN 2182-9438	<a href="#">n/a</a>
2014	Pinto, Frederico Costa, Direito Penal Médico (nótula), Revista Penal (Huelva, Salamanca), n.º 33 (2014), p. 262 a 265	<a href="#">n/a</a>
2014	Pires, Rita Calçada, Partir da definição do Estatuto das ONGPD para chegar à construção de um novo paradigma relacional entre	<a href="#">n/a</a>

	<p>o Estado e as pessoas com deficiência: crónica a partir do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de Julho. The portuguese legal regime of non-governmental organizations representing persons with disabilities as a sign of a new relational paradigma between the State and persons with disabilities. In Revista Cooperativismo e Económica Social, n.º 36, Curso 2013-2014, Vigo: Universidade de Vigo, págs. 317-329, ISSN 1130-2682</p>	
2014	<p>Rangel, Elisa Nunes, Relevant Aspects of Banking Secrecy in Angola, in American International Journal of Research in Humanities, Arts and Social Sciences, AIJRHASS 14-504, online 1-16, ISSN (Print): 2328-3734, ISSN (Online): 2328-3696, ISSN (CD-ROM): 2328-3688</p>	<p><a href="http://iasir.net/AJRHASSpapers/AJRHASS14-504.pdf">http://iasir.net/AJRHASSpapers/AJRHASS14-504.pdf</a></p>
2014	<p>Rego, Margarida Lima, «Portugal», Getting the deal through. Insurance litigation 2014, Ostrager, Barry R. (coord.), Law Business Research, Londres, 44 -48, 2014, ISSN 2055-236X</p>	<p><a href="#">n/a</a></p>
2014	<p>Rego, Margarida Lima, «Statistics as a basis for discrimination in the insurance business», in Law, Probability and Risk, Advance access: first published online October 15, 2014, doi: 10.1093/lpr/mgu017, N/A, 2014, Online ISSN 1470-840X - Print ISSN 1470-8396</p>	<p><a href="#">n/a</a></p>
2014	<p>Silva, Cristina Nogueira da, Tolerância religiosa e direitos da religião católica no constitucionalismo espanhol e português, primeira metade do século XIX, in Mélanges de la Casa Velázquez, t. 44, nº 1, pp. 65-88, 2014, ISSN; 0076-230X</p>	<p><a href="#">n/a</a></p>
2014	<p>Tavares, Fernando Horta</p>	<p><a href="#">n/a</a></p>

	Súmulas Vinculantes e Força Normativa: aspectos críticos, in Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir./UFRGS, n.º 9, série 2, pp. 1-20, 2014, ISSN 1678-5029	
2014	Trabuco, Cláudia, As ligações em rede são atos de comunicação ao público? – Ac. do Tribunal de Justiça (Quarta Secção) de 13.2.2014, Proc. C-466/12, in Cadernos do Direito Privado, 47, julho/Setembro 2014, pp. 22-37, ISSN 1645-7242	<a href="#">n/a</a>
2014	Trabuco, Cláudia, Direito de Autor e Universidades: algumas notas, in Revista de Direito Intelectual, n.º 1, 2014, pp.133-149 ISSN 2183-2587	<a href="#">n/a</a>
2014	Trabuco, Cláudia, O direito ao espetáculo e o direito à imagem dos desportistas : cotejo dos direitos português e brasileiro, in Desporto & direito. Revista jurídica do desporto, n.º 29, 2014 pp.129-152, ISBN 9771645820296	<a href="#">n/a</a>